



RESOLUÇÃO

Confiança e determinação na luta em defesa de melhores condições de trabalho e de vida Por uma mudança de rumo que valorize o trabalho e os trabalhadores

Realizamos esta reunião após as eleições dos órgãos nacionais e regionais do STAL para o próximo mandato, cujos resultados serão divulgados nos próximos dias pela Mesa da Assembleia Geral, um momento de enorme importância que abrangeu milhares de locais de trabalho por todo o País, e que envolveu na sua organização, preparação e concretização, trabalhadores sindicais, associados, activistas, delegados e dirigentes sindicais, numa demonstração de enorme vitalidade democrática, mobilização e participação.

Saudamos os associados que participaram e os dirigentes eleitos, os que continuam, os que assumem responsabilidades pela primeira vez, e os que agora cessam funções, realçando o contributo de todos à luta dos trabalhadores, ao fortalecimento e ao prestígio do STAL que estamos certos, continuará a corresponder aos anseios dos trabalhadores e a merecer a sua confiança.

Reunimos ainda num momento em que o governo está em gestão, em que a Assembleia da República vai ser dissolvida, e em 10 de Março os portugueses serão novamente chamados a decidir o seu futuro. Uma dissolução adiada porque o Presidente da República exigiu a aprovação do Orçamento do Estado para 2024, que teve lugar no dia 29 de Novembro, situação com a qual os partidos da direita concordaram, confirmando que este Orçamento não responde aos problemas e reivindicações dos trabalhadores em geral, e dos trabalhadores da Ad. Local em particular, que fizeram ouvir isso mesmo na Greve de 27/Out., na Manifestação de 11/Nov., e no dia da votação, frente ao Parlamento, na acção convocada pela CGTP-IN.

Este é um Orçamento que continua a penalizar os trabalhadores, a degradar os serviços públicos e a beneficiar o grande capital, em que ao mesmo tempo que se procede a algum desagravamento fiscal no IRS, aumentam os impostos indirectos e terminam as “contribuições extraordinárias de solidariedade” sobre os lucros do sector energético e do sector da grande distribuição; em que metade do Orçamento do SNS vai parar aos bolsos dos privados; em que a especulação na Habitação continua sem travão; em que o regime de residentes não habituais com benefícios fiscais de 1500 milhões de euros por ano continua; em que os apregoados aumentos salariais e outras valorizações na Administração Pública não permitem recuperar e ganhar poder de compra, salvo raras excepções,

como é o caso dos trabalhadores que auferem salários mais baixos, e ainda assim, muito pouco, e dos trabalhadores polícias municipais, cuja valorização salarial superior a 20% vem confirmar que há soluções, há dinheiro para resolver os problemas, assim exista vontade política, ao contrário do que aconteceu no processo de revisão da carreira dos trabalhadores informáticos, e antes dos trabalhadores fiscais, cujas legítimas aspirações profissionais e salariais foram completamente destruídas pelo governo.

Foi ainda a luta dos bombeiros sapadores e do STAL, que obrigou o governo a legislar no sentido de clarificar que todo o trabalho realizado por estes profissionais além do seu período normal de trabalho, bem como ao abrigo da disponibilidade permanente, deverá ser pago como trabalho suplementar, assim como o direito ao subsídio do trabalho por turnos, um passo positivo numa carreira e num sector que continua marcado por graves problemas que carecem de resposta.

Em relação à revisão da carreira de Técnico Superior, cuja publicação se aguarda, o que se vislumbra para 2024, é que a maioria destes trabalhadores, que desde 2009 perderam quase 30% do seu poder de compra, não beneficiarão de qualquer ganho salarial que, embora previsto, não é imediato, pois a transição efectua-se para posições intermédias, quando aquilo que se exigiria é que a valorização da carreira tivesse em conta o que justamente reivindicámos visando, por um lado, a sua plena aplicação em 2024, sendo os trabalhadores integrados em posições efectivas e, por outro lado, a manutenção dos pontos acumulados.

Já a proposta de revisão do SIADAP, mudando alguma coisa, redução de 10 para 8 pontos para progredir, passagem de 4 para 3 menções, não resolve o aspecto estrutural e mais negativo como são as quotas, cuja única finalidade é obstaculizar o direito à progressão na carreira e estagnar as progressões salariais, pelo que reafirmamos a exigência da sua revogação e a sua substituição por um sistema de avaliação sem quotas, formativo, transparente, equitativo e justo, que valorize, realmente, os trabalhadores.

Consumada a municipalização envolvendo as funções sociais do Estado, são notórios os problemas de subfinanciamento, de escassez e precariedade dos meios humanos, que põem em causa a qualidade e o acesso universal aos serviços públicos.

Aprofundam-se as pressões para a agregação de serviços de água e saneamento em «baixa», mediante a chantagem do acesso aos fundos comunitários, com a criação de empresas intermunicipais e/ou integração de serviços municipais em empresas do grupo Águas de Portugal, como é o caso da “parceria” apresentada pela EPAL e Águas do Tejo Atlântico, envolvendo os serviços de Loures e Odivelas, Amadora, V. Franca de Xira, Sobral de Monte Agraço e Arruda dos Vinhos, abrindo caminho a uma gestão mercantil da água, provocando o aumento dos preços, reduzindo o controlo democrático municipal e fragilizando os direitos laborais, processos que importa continuar a denunciar e a combater.

Perante um Orçamento do Estado que não serve e o vasto conjunto de problemas que continuam a afectar os trabalhadores, cuja resolução não pode ficar à espera das eleições, há que prosseguir e intensificar o esclarecimento, a

mobilização e a acção reivindicativa em defesa do aumento dos salários, das carreiras e profissões, dos direitos, de melhores condições de trabalho, dos serviços públicos, estando previstas as seguintes lutas:

- Greve nas Piscinas Municipais de Coimbra, até 15 de Dezembro, (que decorre desde 13 de Novembro), abrangendo as 3 primeiras horas e as 3 últimas horas da jornada de trabalho, *Pelo aumento retroactivo do abono para falhas;*
- Greve nos SMTUC/ Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, dias 14 e 15 de Dezembro, *Por instalações condignas para os motoristas;*
- Desfile dos trabalhadores das autarquias do concelho de Almada, no dia 21 de Dezembro, com concentração frente à Câmara Municipal, *Pela exigência de Aumento dos Salários e Contra o Aumento do Custo de Vida;*
- Greve dos trabalhadores da recolha nocturna de resíduos da Câmara Municipal de Oeiras, nos dias 22, 23 e 26 de Dezembro, *Contra a alteração unilateral dos horários de trabalho, pela manutenção dos turnos fixos de segunda a sexta-feira;*
- Greve na MAI AMBIENTE, E.M., entre 25 de Dezembro e 1 de Janeiro, *Pela negociação de um Acordo de Empresa, horário semanal de 35 horas para todos e respeito pela liberdade de filiação sindical.*

Para além destas iniciativas, o STAL realizará um Plenário Nacional na primeira quinzena de Fevereiro, e mobilizará para um Cordão Reivindicativo no âmbito da Frente Comum, no dia 16 Janeiro, às 11 horas, da Praça do Rossio ao Cais das Colunas.

No momento em que o país inicia novamente um ciclo eleitoral, o que se exige das eleições é que delas resultem soluções que sirvam os trabalhadores.

Agora, como antes, a vida demonstrou que maioria absoluta não é sinónimo de estabilidade, nem sequer governativa.

Agora, como antes, o País precisa de assumir o aumento dos salários e os direitos dos trabalhadores como condição de desenvolvimento. Em vez de baixas reformas e pensões, o País precisa de garantir o direito a envelhecer com dignidade. Em vez de subordinação às imposições do euro, o País precisa de reforçar os serviços públicos e o investimento na saúde, na educação, na cultura. Em vez de garantir os interesses da grande propriedade, da banca e da especulação, o País precisa de assegurar o direito à habitação para todos. Em vez de insistir nas privatizações de empresas, sectores estratégicos e de serviços públicos essenciais, o País precisa de recuperar o seu controlo público. Em vez de insistir na fragilização crescente do Poder Local Democrático através da descentralização anárquica de competências do Estado para autarquias, nas áreas da saúde, da educação, da habitação, da acção social, o País precisa da criação de um verdadeiro poder regional e de valorizar a autonomia local.

Agora, é imperioso que os trabalhadores, no próximo dia 10 de Março, não falem ao encontro com a defesa desse caminho e com aqueles que sempre estiveram e estão sempre solidários com as nossas reivindicações e lutas.

A Direcção Nacional do STAL

Lisboa, 12 de Dezembro de 2023